

**PROCESSO** - A.I. Nº 279116.1083/02-0  
**RECORRENTE** - SIMONE PATRICIA BARRETO DOS SANTOS  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0060-03/03  
**ORIGEM** - INFAZ BOM JESUS DA LAPA  
**INTERNET** - 29.05.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0274-11/03

**EMENTA:** ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS EFETUADAS POR MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. De acordo com a legislação da época, a microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outras unidades da Federação, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação até o dia 10 do mês subsequente ao da sua entrada no seu estabelecimento. Infração comprovada. 2. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Negado pedido de diligência. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso Voluntário interposto após Decisão que julgou Procedente o Auto de Infração lavrado para reclamar as seguintes irregularidades:

1 – “Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88”;

2 – “Recolheu a menor o ICMS, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia)”.

O Auto de Infração foi julgado Procedente, tendo o relator da 3ª JJF apresentado os seguintes fundamentos:

*“O presente processo refere-se a falta de recolhimento do ICMS substituto por antecipação, na condição de microempresa comercial varejista, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação (exercícios de 1997 e 1998), bem como do recolhimento a menor do ICMS, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), nos exercícios de 1999 e 2000.*

*Inicialmente nego o pedido de diligência, pois considero suficientes para a formação de juízo de valor os elementos contidos nos autos (art. 147, I, “a” e § 1º, do RPAF/99).*

*Em sua defesa, o autuado alegou, tão-somente, que as notas fiscais, objeto da presente autuação, não foram por ele adquiridas.*

*Entretanto, as notas fiscais em questão, foram anexadas aos autos às fls. 25 a 51, sendo emitidas, por empresas regularmente inscritas, em nome do autuado, e por serem contratos de fornecimento de mercadorias, são válidas como prova de circulação das mesmas e respectivo ingresso no estabelecimento destinatário, até que se prove o contrário.*

*O sujeito passivo não apresentou nenhum elemento que evidenciasse a falta de legalidade dos documentos fiscais em questão.*

*Pelo que dispõe os artigos 142 e 143, do RPAF/99, a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária, e a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.*

*Do exposto, e ressaltando que o autuado não se manifestou em relação à infração 2, o que implica em concordância tácita com a sua exigência, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”*

Inconformado o autuado apresenta Recurso Voluntário onde alega que não recebeu as mercadorias referentes às notas fiscais que constam no sistema CFAMT apresentado pelo autuante e que este deveria apresentar como prova o comprovante de recebimento das mercadorias que seria o único documento capaz de comprovar o recebimento.

Que os DAEs apresentados referem-se a todas as notas fiscais de mercadorias recebidas e não das notas fiscais relacionadas no CFAMT.

Por fim solicita que lhe seja apresentado um levantamento indicando as notas fiscais e valor das mesmas a fim de que possa analisar os documentos com as maiores informações possíveis.

Em Parecer a PROFAZ opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, tendo em vista que as razões apresentadas não são capazes de provocar a alteração da Decisão recorrida, uma vez que o recorrente não apresenta nenhuma prova para sustentar a sua frágil alegação.

## **VOTO**

Neste Recurso Voluntário o autuado não traz nenhum argumento novo e nenhuma prova capaz de desconstituir o lançamento.

Alega o recorrente que não teria recebido as mercadorias constantes das notas fiscais a que se refere o autuante e que o sistema CFAMT não faz prova de que ela tenha efetivamente recebido as mercadorias, entretanto, as notas fiscais foram anexadas aos autos às fls. 25 a 51, sendo emitidas, por empresas regularmente inscritas, em nome do autuado e, válidas como prova de circulação e respectivo ingresso no estabelecimento destinatário, até que se prove o contrário.

Quanto a sua solicitação para apresentação de um levantamento indicando as notas fiscais e valor das mesmas não pode ser acatada uma vez que tais notas já se encontram no processo e o recorrente não se pronunciou acerca delas.

Assim, não havendo prova em contrário, concordo com o Parecer exarado pela representante da PROFAZ e NEGÓ PROVIMENTO ao Recurso Voluntário devendo ser mantido na íntegra o Acórdão recorrido.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279116.1083/02-0**, lavrado contra **SIMONE PATRÍCIA BARRETO DOS SANTOS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$3.772,45**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$975,00 e 60% sobre R\$2.797,45, previstas no art. 42, I, “b”, 3 e II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS DE ARAÚJO - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR.DA PROFAZ